

Gestão educacional

Edi Carlos Alberto Carrara

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá

edi_carrarina@hotmail.com

É de grande ajuda, para o enriquecimento sobre gestão democrática e gestão escolar, a leitura do livro *Gestão educacional* dos autores(a) Angela M. B. Lara (et al.) para quem deseja se aprofundar mais sobre as mudanças ocorridas nas políticas educacionais do Brasil, tendo o livro uma visão voltada para a gestão da educação onde os organizadores colocam em pauta seus argumentos junto com um referencial teórico sobre os principais pontos que tratam o assunto, com base em relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Relatório Delors (1998) entre outros.

O livro é basicamente dividido em duas partes porem ambas com uma ideia central da relação entre trabalho e educação na atualidade, devido as mudanças econômicas sofridas nas ultimas décadas do século XX, e para uma compreensão melhor do assunto alguns conceitos devem ser deixados claros, quando nos referimos a gestão educacional e gestão escolar, de acordo com Carvalho (2012) gestão educacional, estaria voltado para uma escala federativa, estadual e municipal, pois esta relacionado as leis que regulamentam a parte burocrática, vamos assim dizer, já a gestão escolar refere-se ao ambiente escolar em si a relação aluno, professor, pedagogos, ou seja, a função da instituição escolar em si.

Na primeira parte do livro com o capítulo intitulado, *Apontamentos sobre o principio da gestão democrática na educação brasileira* escrito pelos autores César A. A. Toledo e Vanessa C. M. Ruckstadter, onde os mesmo analisam o conceito de gestão democrática expresso na Carta Constitucional de 1988 que serviu de base para a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 (LDB 9.394/96) onde a mesma lei é vista em sua relação com o contexto político econômico do país. Fazendo uma retomada da particularidade política do Brasil nos anos de 1980 a 1990, dando sequencia o capítulo mostra como será analisada a reorganização da economia mundial e seu impacto na educação, especialmente com a Teoria do Capital Humano, o que faz o leitor refletir sobre a organização da sociedade,

por outra ótica, quando se depara com tal teoria que praticamente exime o estado de responsabilidade sobre o cidadão.

A segunda parte cujo título é, *O FUNDEB e a gestão escolar no Brasil: uma análise das categorias políticas presentes nessa relação*, escrito, pelas professoras, Jani A. da S. Moreira e Angela M. de B. Lara, tem como foco a análise das categorias políticas que se evidenciam na lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 11.494/2007, procurando estabelecer também uma análise crítica como foco na relação indissolúvel entre a gestão e a política de financiamento para a educação.

Iniciando os apontamentos da primeira parte do livro Toledo e Ruckstadter logo de início definem que o objetivo do texto é de discutir o conceito de democracia nos anos 1980 e 1990 e sua relação com a gestão da educação escolar, mas para isso será discutido o contexto da reabertura política e as mudanças econômicas, sociais e políticas. Citando Gaspari (2004), Toledo e Ruckstadter conseguem defender que no início dos anos de 1980 foi desencadeado um intenso movimento de luta por um processo de reabertura e, reorganização do Estado brasileiro devido ao Brasil manter-se ainda oficialmente na direção política de uma ditadura, porém esta forma de governo já estava enfraquecida. No entanto uma das primeiras medidas a serem tomadas foi elaborar uma nova Constituição onde a assembleia constituinte foi eleita em 1986 que teve como eixo condutor o conceito de democracia, conceito que se reflete na educação principalmente no que tange a gestão escolar como gestão democrática, não se atentando a ditadura militar os autores apenas relatam o ocorrido, no entanto a meu ver de certa forma teve seu papel cumprido no que queria, ou seja, o poder econômico do país cresceu porém as duras custos da população, continuando Toledo e Ruckstadter fazem algumas considerações sobre a ideia de que a Revolução Francesa de 1789 teve como legado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão onde todos os cidadãos foram declarados iguais perante a lei conseqüentemente se tornando um Estado democrático que se refletiu na elaboração da nova Constituição em 1988, sobre tudo com a o fim da ditadura militar em 1984, nesse contexto ouve a substituição da palavra administração pela palavra gestão no que se refere à escola, substituindo uma gestão técnica por uma gestão feita pela comunidade diretamente envolvida com as necessidades da escola, isso simbolizaria a superação de uma gestão autoritária ligada a ditadura militar onde decisões não eram tomadas, mas sim ordens eram obedecidas por isso o autor defende a ideia de que: “a gestão democrática se apresenta como exercício pleno da cidadania e a presença efetiva do Estado Republicano, democrático e de direito, por meio de políticas públicas que garantam educação efetivamente a todos” (p.13)

assim, com a intenção de promover a formação social entre as pessoas e não apenas a formação para o mercado, visando apenas empregabilidade futura.

A diante Toledo e Ruckstadter em seu capítulo tratam do assunto referente aos investimentos em educação e a Teoria do Capital Humano do professor Theodore W. Schultz. Referindo se aos investimentos em educação, onde sua força motriz para tal ideologia foi no contexto da relação de que investir em educação é investir no futuro do país, pois a relação entre economia e educação foi uma ligação evidenciada, citando o exemplo da queda do muro de Berlim em 1989, e assim através de tais acontecimentos que vão sendo detalhados pelos autores aonde vão explicando um a um até chegarmos ao surgimento do ideal neoliberal.

Reforçando a ideia sobre a Teoria do Capital Humano é reservado um tópico neste capítulo somente para explicar a relação trabalho e educação trazendo a visão de autores como Cattani (2002), que define a Teoria do Capital Humano de Schultz como uma derivação do neoliberalismo que surgiu com a crise do modelo taylorista-fordista, que ela ressurgiu associada à redefinição das relações de trabalho, os autores explicam que com tal teoria afirma que a melhoria do bem-estar dos pobres não depende da terra, das máquinas etc., mas sim de conhecimento propiciando o bem estar individual, sendo esse o caminho para o desenvolvimento das nações reforçando a ideia da responsabilidade individual porém com a reestruturação do modo de produção capitalista a chamada globalização também teve uma ressignificação da teoria de Schultz como é defendida em citações no relatório do Banco Mundial de 1995 que a ascensão de um país é feita pela ascensão dos indivíduos defendendo a ideia de que a educação virou uma necessidade de empregabilidade não sendo voltada para uma sociedade mais igualitária e democrática tirando a responsabilidade do estado.

Por fim é discutida a gestão democrática presente na LDB nº 9.394/96 e pela Constituição federal de 1988 a qual não deu conta de delimitar o que seria gestão democrática trazendo a necessidade de outra lei que criou-se para dar conta da tarefa, a lei nº 10.127 de 2001, conhecida como Plano nacional da Educação, trazendo argumentos de Minto (2006), que a educação perdeu o caráter enquanto direito social e passou a ser vista no campo da produção mercantil, os autores chegam assim a algumas conclusões sobre a gestão democrática, dever partir dos docentes explicando que uma mudança no sistema educacional só poderia ser possível após uma mudança econômica, e assim se finaliza a primeira parte do livro com mais algumas conclusões referente ao tema.

Na segunda parte do livro os autores Jani A.S. Moreira e Angela M.B. Lara analisam os conceitos nas diretrizes políticas da Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no que tange a gestão e o financiamento da educação, pois as

diretrizes políticas para a gestão e o financiamento da educação pós 1990 incorporaram as políticas específicas para uma gestão indissolúvel ligada ao financiamento da educação. Para defender esse argumento de forma mais completa, os autores utilizam o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.17/2001 – que estabelece uma estreita relação entre gestão e financiamento.

Lara e Moreira ao analisar “a influência da UNESCO, na consolidação dos determinantes para a materialização das categorias políticas mais recorrentes e aqui identificadas como: Equidade, Responsabilidade Social e Eficiência” (p.32) que se referem a três documentos basilares, de orientações gerais: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (WCEFA, 1990) a publicação do relatório Pérez de Cuéllar, intitulado Nossa Diversidade Criadora (1996) e o Relatório Mundial da Educação para o Século XXI – Educação, um Tesouro a Descobrir (1996), coordenado por Jaques Delors, referente e às categorias citadas anteriormente, os autores conseguem de forma clara explicar cada um destes e suas características, contribuições e dúvidas a respeito da gestão educacional no Brasil, se fazendo necessária a leitura da obra completa para melhor compreensão.

Outro documento que é pautado neste capítulo é o *Financiamento y gestión de La educación em América Latina y el Caribe* (UNESCO; CEPAL, 2004) que defende a ideia de um investimento mais responsável, não apenas investir, mas investir com melhor qualidade.

Com base nos textos dos documentos da UNESCO Lara e Moreira afirmam que: “as diretrizes políticas presentes nos textos dos documentos da UNESCO determinam e são determinadas pela materialidade histórica” (p.40), ou seja, decorrentes da globalização e do neoliberalismo como ideário do novo Estado, que no período em questão se reformou, explicando como foi essa estratégia de reformar o Estado brasileiro, explicando através de exemplos da política adotada no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve sustentação teórica na doutrina da gestão empresarial de um governo empreendedor, baseada na teoria de Osborne e Gabler (1998) onde os setores; públicos; privados e voluntário se articulariam em uma ação conjunta para soluções dos problemas da comunidade, assim inspirando uma nova concepção de governo inclusive para os Estados Unidos na década de 1990, o que a meu ver não é necessariamente incorreto, porém como acaba se tendo o descaso muitas vezes total do Estado, se torna insustentável para sociedade resolver todos os problemas, onde acabam culpando a escola pelo insucesso da sociedade, que foi sendo abanda ao longo da historia pelo Estado.

Nesta ultima parte do livro as autoras Lara e Moreira descrevem o que é e como funciona o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (FUNDEB) afirmando que o mesmo funciona como um mecanismo de fazer mais com menos, onde relata que “o novo Fundo representa uma proposta de racionalização dos gastos públicos ancorada na raiz quantitativista” (p.44) que não passa de um critério contábil que é explicado seu funcionamento de forma mais detalhada no decorrer do capítulo.

Finalizando as autoras trazem um questionamento, sobre vários problemas que o FUNDEB não resolveu, e dúvidas que ficaram até o momento sem respostas nesses três primeiros anos de vigência, (2006-2009) afirmando ainda que até então não trouxe modificações substanciais na melhoria da qualidade para a educação, terminando o capítulo com outras conclusões sobre o tema.

Gostaria de ressaltar que com uma sociedade democrática e com um sistema capitalista que se torna mais selvagem a cada dia uma gestão escolar e educacional se faz necessária sim, mas não apenas nesse âmbito da educação, e sim nos órgãos públicos e privados em geral, pois só assim se refletira na sociedade o que se procura ensinar nas escolas.

Referência

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Políticas públicas e gestão da educação no Brasil. Maringá: Eduem, 2012. 317 p.

Resenha

LARA, Angela B.; TOLEDO, César A. A.; MOREIRA, Jani A. S.; RUCKSTADTER, Vanessa C. M.; (Orgs.). *Gestão educacional*. Maringá: Eduem, 2011.